

## TERRA NÃO É TROFÉU DE GUERRA

Niminon Suzel Pinheiro<sup>1</sup> - UNIRP

No oeste paulista habitam hoje cerca de 710 índios. São eles os representantes legítimos de 15.000 anos de ocupação indígena do território<sup>2</sup>. Vivem em reduzida parcela da terra que habitaram no passado, onde estão localizadas as aldeias Nimuendaju, Kopenoti, Vanuíre e Icatú. Os seus moradores atuais pertencem às etnias Kaingang, Krenak, Terena, Guarani ou são descendentes dos casamentos entre essas etnias acrescidos dos casamentos também com não-índios. A presença deles até os dias de hoje, mantendo-se diferenciados em meio a um centro já bastante capitalizado demonstra sua resistência e disposição para negociar.

Antes de 1850, seu número talvez tenha sido ainda maior. Nesse ano criou-se a Lei de Terras (Lei no 601, 1850, art.12) através da qual as terras imemorais dos índios restringiam-se àquelas dos aldeamentos. E, enquanto terras de aldeamentos, segundo o Regulamento das Missões (Decreto no 428, 1845, art. 1º), caso fosse provado seu abandono pelos índios, eram terras passíveis de serem arrendadas, aforadas ou rateadas entre os colonos. Perseguições de *bugreiros*, envenenamentos, doenças, epidemias (gripe, sarampo) e pressões das companhias de colonização iniciam um período de sessenta anos de massacre dos índios do oeste paulista, de 1850 até 1912.

Vale lembrar que as políticas de mão de obra e de terras relacionam processos históricos e conjunturas de desenvolvimento específicos. Além disso, a ocupação da terra está, também, vinculada à cultura, economia e política dos grupos sociais e étnicos que a habitam ou disputam. Variáveis ecológicas e sociais<sup>3</sup> determinam os diferentes significados, inclusive simbólicos, atribuídos a terra.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela UNESP/Assis; professora de História e Cultura do Brasil e de Antropologia no Centro Universitário de Rio Preto UNIRP; representante das Universidades na Comissão Étnica Regional de Educação Indígena (DE/Tupã/SP) e membro da Fundação Araporã.

<sup>2</sup> Segundo o arqueólogo Francisco Noelli, populações indígenas “pré-ceramistas” habitaram os territórios paulistas entre 15.000 e 2.500 anos atrás.

<sup>3</sup> Cf. sobre o conceito de cultura, terras e comunidades indígenas: “Os Índios no Direito brasileiro hoje” IN: CUNHA, Manuela C. *Os Direitos do Índio*. São Paulo: Brasiliense, 1987 p.25

No início do século 20, conforme cartografia “Território de Migração dos Guarani Sul Brasileiros”, elaborada pelo indigenista Curt Nimuendaju, o território era distribuído entre as três etnias indígenas: no vale do Tietê e do Paranapanema estendendo-se, a leste, até o litoral, dominavam os Guarani, muitos deles em contato com povoações civilizadas; próximos ao rio Paranapanema, margem direita; numa região intermediária entre Guarani e Kaingang, estavam os Otí; e, de Bauru até o rio Paraná, em direção oeste, avizinhados ao norte pelos Guarani e ao sul pelos Otí e Guarani, até o rio Paranapanema, estavam os Kaingang “paulistas”, numa área ainda desconhecida dos colonos.

Associada à “limpa” acionada pelos bugreiros, a expansão da *plantation* do café e da pecuária sobre essas áreas, no período, enfraqueceu as formas tradicionais indígenas de relacionamento com a terra e com o trabalho. Cercados pela civilização grupos indígenas foram dizimados e os seus remanescentes aldeados sob o controle do governo.

Para compreender o processo, seus agentes e instituições e analisá-lo, toma-se, como base a idéia de que a ocupação fundiária, por não-índios, constitui-se numa das etapas da estratégia de controle da população nativa e do espaço pela sociedade brasileira de inspiração européia positivista, em vigor naquela conjuntura histórica. Para os indígenas se constituiu numa fase de enfraquecimento da posse indígena da terra e de desorganização de suas estruturas sociais tradicionais. Paradoxalmente, a dissolução absoluta dos grupos indígenas na sociedade abrangente não ocorreu. Manteve-se entre eles uma especificidade da relação homem e natureza. Por esse motivo, acredita-se relevante saber qual o significado de sua territorialidade? Qual o papel das instituições não-indígenas, especialmente do SPI e das companhias de colonização, nessa transformação? Quais os eixos que orientam as ações efetivas do SPI<sup>4</sup> no papel de mediador entre índios e não índios para a consolidação do projeto de colonização capitalista do território?

Para compreender as articulações mencionadas e a noção de território, foi-nos imprescindível pensar as redes sociais, políticas, geográficas e étnicas como relações

---

<sup>4</sup> SPI, Serviço de Proteção aos Índios, fundado pelo Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) em 1910 como SPI e LTN, Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, passou a chamar-se apenas SPI no ano de 1918.

constituintes. Na perspectiva dessa problemática, vários autores colaboraram, indiretamente. Citaremos apenas alguns deles, tendo em vista a característica dessa publicação. Os estudos de Lima, Maciel e Noelli<sup>5</sup> esclarecem muitas questões, especialmente o papel das estruturas administrativas, e seu perfil militar na produção de sentidos, significados e de formas de poder relativos à vida social brasileira e o entendimento das histórias indígenas específicas. Através dos conceitos de “punção”, mediação e equilíbrio entre homem e animal e reposição, elaborados por Carvalho<sup>6</sup> e da importância dos rios, tipos de florestas e de acidentes geográficos na demarcação indígena dos territórios, citados por Tommasino<sup>7</sup>, foi possível analisar algumas formas indígenas de explicação e de relação com a natureza. Na articulação de linhas de força relativas a ordens culturais distintas, o conceito de intermediação e de negociação de Santilli e Monteiro<sup>8</sup>, possibilitou compreender o lugar e o poder do mediador e das alianças. Com todos os autores e especificamente Mota, Clastres, Nimuendajú e Bandeira de Mello<sup>9</sup>, foi possível entrever o leque das formas de resistência indígena e seu ocultamento pelas ideologias dominantes.

O material pesquisado são relatórios de viagens, científicas e exploratórias, financiadas pelo governo, documentos do SPI, sob a custódia do Museu do Índio (RJ), estudos etnográficos e depoimentos orais dos indígenas do oeste de São Paulo.

### **Uma Colonização Organizada para a Devastação**

---

<sup>5</sup>LIMA, Antônio C. S. *Op. Cit.* ; MACIEL, Laura *A Nação por um fio. Caminhos, prática e imagens da Comissão Rondon*. Doutorado. São Paulo: PUC, 1997; NOELLI, Francisco S. *Relatórios e “relatórios”: comparação de dois procedimentos arqueológicos estreitamente relacionados ao direito de posse de terras indígenas no Estado do Paraná, Brasil*. Apresentado na II Reunião de Antropologia del Mercosur. Piriápolis, Uruguai, 1997

<sup>6</sup>CARVALHO, Silvia. “O Trickster como personificação de uma práxis”. São Paulo: **Perspectivas**, n8, 1985

<sup>7</sup>TOMMASINO, Kimiye. *A História dos Kaingang na Bacia do Tibagi: Uma sociedade Jê meridional em movimento*. Doutorado. São Paulo: USP, 1995

<sup>8</sup>SANTILLI, Paulo B. *As Fronteiras da República*. São Paulo: USP/FAPESP, 1994; MONTEIRO, John M. *Negros da terra*. São paulo: Cia das Letras, 1994

<sup>9</sup>MOTA, Lúcio T. *As Guerras dos Índios Kaingang*. Maringá: UEM, 1994; CLASTRES, P. *Crônica dos Índios Guayaki*. Rio de Janeiro, Ed.34, 1995; NIMUENDAJÚ, Curt. *Op. Cit. e As lendas da Criação e Destruição do Mundo*. São Paulo: USP, 1987; MELLO, D. S. B. de *Entre Índios e Revoluções*. São Paulo: Soma, 1982

O etnocentrismo do ocidente cristão aliado à idéia de progresso restrito ao aspecto tecnológico, contaminou frentes pioneiras, que agiram como disseminadoras dessas idéias e da memória oficial, desacreditando conhecimento e práticas indígenas.

Segundo Carvalho, os povos caçadores-coletores eram perfeitamente adaptados ao seu meio, revelando conhecimento e destreza. Através de seus conhecimentos, era possível viver na floresta e viver da floresta, sem destruí-la. Constituíam-se em conhecimentos oriundos do uso diferenciado do espaço e da construção do territorialidade indígena.

O discurso racional europeu nos trópicos é claramente expresso nos relatórios das expedições científicas. Apenas o conhecimento europeu era válido, não só aos olhos dos europeus autoconfiantes mas também aos dos cientistas brasileiros ainda psiquicamente colonizados<sup>10</sup>. Após a “pacificação”, o preço das terras subiu e todos os grupos indígenas sobrevivente foram, rapidamente, cercados por estradas e fazendas de gado ou café. A colonização do oeste indígena, enquanto guerra de conquista e de exploração do “butim”<sup>11</sup>, concedeu vantagens econômicas, políticas e administrativas a vários e diferentes setores da sociedade não indígena.

Os Kaingang foram “pacificados” em 19 de março de 1912, dia em que o primeiro grupo Kaingang se entregou. A índia Vanuíre, personagem central na mediação, foi tradutora das intenções recíprocas (Kaingang e agentes do Serviço). A mediação indígena constituiu-se no sucesso da “atração”. Os mediadores indígenas foram homenageados e heroicizados pela grande imprensa da época: Rio, São Paulo e Europa<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p 241 e 242.

<sup>11</sup> No sentido descrito por Antônio C. de Souza LIMA é “composto pelo povo propriamente conquistado, transformado em cativo, junto com seus bens, terras e recursos naturais – os quais, no caso da *conquista*, vão sendo transformados em mercadoria, e lançados em circuitos comerciais de grande amplitude, por meio da guerra em seu primeiro momento. Depois o butim vem a se compor, através de formas de exercício de poder e dominação (o que implica em haver um corpo administrativo) em matéria para variadas e estáveis formas de tráfico e comércio. A dimensão econômica da *conquista* deve ser destacada, diferenciando-a nos planos político, social e imaginário de seu momento seguinte: a *guerra de conquista* dá lucros a seus participantes, quer na qualidade de integrantes da organização militar realizadora da conquista enquanto tarefa guerreira, quer na de parte da administração que a empreende de modo mais lato, inclusive sob as suas diversas formas de delegação a grupos privados.” *Op. Cit.* p. 49-50.

<sup>12</sup> Por exemplo, conferir, no Brasil, os jornais *Notícia* de 19/07/1912 e *O Paiz* de 22/07/1912; em Londres o *Daily News* de 18/07/1912.

O momento da “pacificação”, memorável para os agentes do SPILTN, marca o início da implantação entre os Kaingang de valores da sociedade envolvente e de vantagens econômicas para os civilizados. Para grileiros, posseiros e criadores de gado a melhor solução era o índio desaparecer de vez. Concordavam que o Estado deveria intervir na questão indígena mas na prática achavam que era deles o monopólio do “chamamento”. Nesse mesmo caso também se encontravam os padres, pois queriam retomar para si a mediação entre índios e civilizados. Um terceiro grupo era formado pelos imigrantes, que chegavam aos milhares no porto de Santos, esperançosos de possuir um torrão do qual pudessem sobreviver. Suas opções eram a submissão aos fazendeiros ou a tentativa de um negócio próprio, disputando com os indígenas uma fração da terra. Após a pacificação dos Kaingang, a violência sobre os índios continuou, embora, sua ênfase tenha se deslocado do genocídio para o etnocídio.

A hierarquia do SPILTN era composta pela Diretoria Geral, duas Subdiretorias, treze Inspetorias, Centros Agrícolas e Povoações Indígenas ou Postos Indígenas. O encarregado era o elo de ligação entre os interesses do Estado e sua cristalização nos Postos e Centros. O inspetor tinha a tarefa de vigiar e direcionar os encarregados para que estes não passassem para o lado do “inimigo”, referindo com esse termo ao índio.

O SPILTN foi criado, segundo a “história oficial”, a partir de um debate público sobre a situação de violência contra os indígenas no “sertão” paulista, datado de 1908-10. Segundo Lima, a instituição já era projeto oficial antes disso, *tanto o governo dos índios quanto o dos nacionais eram tarefas previstas no decreto de criação do ministério (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - MAIC) em 1906*<sup>13</sup>. O debate destacou os feitos de Rondon – usar a brandura no contato com os índios - e identificou um “bode expiatório” responsável pelo genocídio de índios no sertão paulista. Para não acusar poderosos fazendeiros da região do oeste paulista pelo extermínio dos índios, acusava-se o Diretor do Museu Paulista, Herman Von Hering, alvo menos perigoso.

---

<sup>13</sup> LIMA, A Carlos de Souza. “O Governo do Índios Sob a Gestão do SPI” IN: CUNHA, Manuela C. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras/SMC/Fapesp, 1992 p.156 grifo meu

Relações de amizade, compadrio e parentesco entre agentes do Serviço estiveram presentes durante toda a existência do órgão.

Herman Von Hering não estava sozinho quando prognosticara o fim dos indígenas com o advento da civilização. Fazendeiros e cientistas tinham a mesma percepção e *desejavam* que isso ocorresse. Os positivistas da Sociedade Científica de Campinas e o próprio SPILTN apostavam no desaparecimento dos indígenas, não pelo genocídio como era prática dos fazendeiros e bugreiros mas pelo etnocídio. Não seria esse o sentido da “incorporação dos indígenas à sociedade civilizada”, premissa da ação indigenista?

Como os indígenas sobreviveram a tamanho impacto destrutivo? Darcy Ribeiro afirma que após o contato, apesar de ter restado pouco das antigas tradições, o que ficou foram *representações recíprocas e lealdades morais*<sup>14</sup>, suficientes para manter os liames étnicos. No início do século 20, o indígena foi “incorporado” pela nação brasileira enquanto parcela a ser “civilizada” pela violência do preconceito em relação a aspectos da moralidade indígena e de um tipo de “paz imposta”<sup>15</sup>, ambos evidentes na rotina das Aldeias sob o SPI.

### **Resistência e Negociação: a mediação do SPI**

O aspecto histórico e estratégico do SPILTN destaca-se pelas táticas de mediar as relações entre índios e não índios, viabilizando a apropriação dos territórios indígenas como terras negociáveis e controlando sua população nativa. Segundo Lima, o SPILTN foi criado a partir da expansão do Estado Nacional constituindo-se no *primeiro aparelho de poder governamentalizado instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder*<sup>16</sup>. Quais as formas utilizadas para atrair e “pacificar” as tribos Kaingang e efetivar esse processo?

O SPILTN, através do encarregado Bandeira de Mello e sua família, introduziu uma nova variável e, através dela, confundiu os indígenas. Antes da intervenção do SPI, a imagem do civilizado era a imagem dos bugreiros e grileiros, matadores e mandantes -

---

<sup>14</sup> RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1987 p.446

<sup>15</sup> “paz imposta” pelo SPI aos índios é conceito discutido por LIMA, Antonio C. de Souza **Op. Cit.**

<sup>16</sup> LIMA, Antônio Carlos. IN: CARNEIRO, M. *Op. Cit.* p.155

homens terríveis, estranhamente desacompanhados de suas mulheres e de crianças e que nunca acabavam: quanto mais se guerreava contra eles mais deles apareciam.

Os Kaingang do oeste de São Paulo, os Botocudos de Minas Gerais, os Xoclog de Santa Catarina e os Parintintin do rio Madeira, constituíram-se nas primeiras experiências de pacificação gerenciadas pelo SPILTN. Através delas foi montado, em 1940, um tipo de “guia”, para orientar os funcionários do Serviço na “atração” e “pacificação”.

A articulação do SPILTN ao projeto do Governo federal evidencia-se pelos outros projetos, também do Governo, que o Serviço tornou viável na área, tais como: venda de terras, localização dos imigrantes europeus, abertura de estradas e fundação de paróquias.

No início do século 20, havia ainda muita terra sob o domínio dos indígenas. Era preciso “civilizar” as estratégias de apropriação e controle do espaço indígena até então utilizadas, e talvez dividir com eles, em sensível inferioridade, parte dos despojos da conquista. Talvez seja este o significado das “generosas doações ao SPILTN” feitas pelas companhias particulares de colonização, para localização das aldeias indígenas.

É interessante observar que, enquanto o contato do índio com o civilizado limitou-se aos colonos-posseiros que não tinham capital e viviam uma economia de subsistência o “sertão” foi compartilhado sem problemas. A construção de estradas, ferrovias, urbanização e migração fez desaparecer caça e florestais aumentando a pressão sobre os grupos tribais.

O Serviço procurava veicular a imagem da neutralidade na “proteção” dos índios. Num ambiente repleto de poderes locais, corrupção, relações clientelísticas, paternalismos e privilégios, de que forma militares pagos por um sistema social de privilégios exerce a “proteção” dos excluídos desses privilégios? Há um limite evidente na proteção: o direito à exploração ao domínio da terra. Seria, a terra, o troféu da guerra, levado pelo não índio?

Segundo Seeger e Castro *o acesso à terra é a condição essencial da sobrevivência indígena, em termos físicos e étnico-culturais*<sup>17</sup>. As estratégias e táticas utilizadas no controle dos índios, pelo SPILTN, podiam modificar, colaborar ou impedir esse acesso. A

---

<sup>17</sup> SEEGER, A. e CASTRO, E. V. de. “Terras e territórios indígenas no Brasil” IN: SILVEIRA, Ênio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 101-114 (Col. Encontros com a Civilização brasileira; v.12).

“atração e pacificação” foram instrumentos estratégicos utilizados para concretizar os planos governamentais de incorporação da população e do território ao processo capitalista, pondo fim à guerra pelo domínio do território. Que contribuição específica tiveram os militares, e as representações nacionalistas utilizadas por eles, nesse processo? Com quem e porque foram feitas alianças ou instaurados conflitos durante o processo de criação das Aldeias de Icatú e Vanuíre e da sociedade local?

O processo da pacificação dos Kaingang ocorreu no meio da floresta a poucos quilômetros da Estação de trem Heitor Legru (hoje cidade de Promissão), estação montada com recursos particulares do Cel Manoel Bento Cruz. O primeiro desafio dos agentes era modificar a imagem do civilizado/bugreiro. Havia que se reordenar na memória indígena as figurações do “civilizado”, instaurar aí uma lógica alternativa, na qual fosse possível a inserção dos agentes “amigos dos índios”, do “branco bom”.

Devido a uma série de manobras, quando o imperativo do capital exigiu, os “amigos dos índios” foram transferidos para outros Postos, sendo suas posições assumidas por outros funcionários do Serviço, comprometidos com as empresas de colonização e não com os índios. Os especuladores (Senador Lélio Piza, o ex-Prefeito de Bauru e de Penápolis, Manoel Bento Cruz) receberam o apoio do SPI na pessoa do agente José Cândido Teixeira e do Inspetor Horta Barbosa, responsável pela nomeação e transferência dos agentes.

Na prática do SPI, o sentido da “proteção” e “tutela” caminhou para o etnocídio e o gerenciamento das terras indígenas. Para os índios terra não é troféu de guerra, é *território*, *habitat* ancestral, lugar da cultura simbólica e material. A educação e o adestramento dos índios pelo trabalho visavam legitimar propósitos da guerra para a colonização. Mesmo garantidas pela Constituição Federal de 1988, os territórios indígenas continuam sendo invadidos e sua identidade e cultura desrespeitada. O que fica comprovada é a trajetória de uma prática contraditória e polêmica, que teve como consequência a doação e venda ilegal de terras e de reservas florestais indígenas a particulares, a colaboração no extermínio dos índios e a atual situação de dependência e pobreza dos herdeiros e repositários de nossas raízes históricas e culturais.